



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



REQUERIMENTO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO Nº 17/2022

Senhor Presidente: Fabricio Duarte Holovka

Tendo em vista o interesse em participar do II Simpósio do IGAM PR - NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS MUNICÍPIOS, a fim de atualizarmos nosso conhecimento para bem desempenhar nossas funções e garantir a eficiência no trabalho, solicitamos a realização de inscrição e pagamento do referido treinamento. O Evento acontecerá nos dias 04, 05, 06 e 07 de outubro de 2022, em Curitiba.

Nestes termos pedimos o deferimento.

Pitanga, 22 de setembro de 2022.

Caroline Buchmann Dias

Leandro Silva Raimundo

Margarett Martins de Oliveira

DESPACHO

I - Recebido hoje 23 / 09 / 2022

II - Deferido a solicitação.

III - Encaminha-se ao setor responsável para as providências

Fabricio Duarte Holovka Presidente

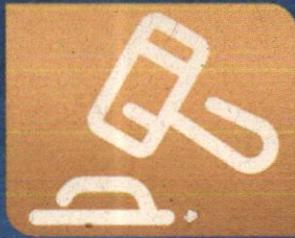
À CÂMARA
MUNICIPAL DE
PITANGA, PR



II Simpósio IGAM PR
"Nova Lei de Licitações e
Contratos Administrativos
nos Municípios"
Aspectos Práticos e Jurídicos

IGAM[®]

PARANÁ



II SIMPÓSIO do IGAM PR

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS MUNICÍPIOS

ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS



PROF.^º
ANDRÉ
BARBI

PROF.^º
MARGERE
DE OLIVEIRA

PROF.^º
RODRIGO
CARDOSO

PROF.^º
CRISTIANA
FORTINI

PROF.^º
EDGAR
GUIMARÃES

PROF.^º
HAMILTON
BONATTO

PROF.^º
LUCIANO
REIS

CONTATO

46 99970 8582

igamparana@igam.com.br

www.igampr.com.br

4 A 7. OUT. DE 2022

CURITIBA. PARANÁ

VAGAS LIMITADAS

IGAM[®]
PARANÁ

PROGRAMAÇÃO



4/10/22 - 13h30 as 17h30

Módulo I - André Leandro Barbi de Souza e Margere Rosa de Oliveira

1. Governança: medidas a serem adotadas pela autoridade máxima do órgão;
2. Medidas essenciais para implantação da Lei 14.133/21: o que é obrigatório e acessório no primeiro momento?
3. Regulamentação necessária para a aplicação da Lei (modelos)
4. Responsabilização pelo Atos na Nova Lei de Licitações.

05/10/22 08h30 as 12h00

MÓDULO II - Profº Rodrigo do Canto Cardoso

1. Modalidades de licitação na Lei 8.666/93 em comparação com a Lei 14.133/21
2. Agentes Atuantes: Agente da Contratação versus Pregoeiro
3. Objetivos da Licitação: mudança de paradigma entre as leis.
4. Critérios na escolha da modalidade.
5. Rito processual da Lei 14.133/2021.
6. Perspectiva do novo pregão.
7. Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

05/10/22 13h30 as 17h00

MÓDULO III - Profª Cristiana Fortini

Contratação Direta/Dispensa e inexigibilidade de licitação.

1. Responsabilização por contratação direta ilegal;
2. Formalização do processo de contratação direta;
3. Competência para autorizar a contratação direta;
4. Publicidade da contratação direta;
5. invocações das hipóteses de contratação direta.

06/10/22 08h30 as 12h00

MÓDULO IV - Profº Edgar Guimarães

Procedimentos auxiliares das licitações e contratações:

1. credenciamento;
2. pré-qualificação;
3. procedimento de manifestação de interesse;
4. sistema de registro de preços e registro cadastral.

06/10/22 13h30 as 17h00



MÓDULO V – Profº Hamilton Bonatto

Como licitar obras e serviços de engenharia de acordo com a nova lei?

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
2. DEFINIÇÃO DO QUE SE QUER LICITAR: OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA;
3. DEFINIÇÃO DA MODALIDADE
 - 3.1. Pregão
 - 3.2. Concorrência
 - 3.3. Concurso
 - 3.4. Diálogo Competitivo
4. DEFINIÇÃO DO REGIME DE EMPREITADA
 - 4.1. Empreitada por preço unitário;
 - 4.2. Empreitada por preço global;
 - 4.3. Empreitada integral;
 - 4.4. Contratação por tarefa;
 - 4.5. Contratação integrada;
 - 4.6. Contratação semi-integrada;
 - 4.7. Fornecimento e prestação de serviço associado.
5. ELEMENTOS TÉCNICOS INTRUTORES
 - 5.1. Termo de Referência
 - 5.2. Anteprojeto
 - 5.3. Projeto Básico
6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
 - 6.1. Capacidade Técnica-Operacional
 - 6.2. Capacidade Técnica-Profissional
7. PRAZOS
8. VISTORIA PRÉVIA DO LOCAL
9. ORÇAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
 - 9.1. Ordem
 - 9.2. Utilização de outros sistemas pelos Municípios, Estados e DF
 - 9.3. Orçamento para contratações diretas
 - 9.4. Orçamento para contratação integrada e semi-integrada
 - 9.5. BDI e BDI diferenciado
10. ESCOLHA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
 - 10.1. Menor preço;
 - 10.2. Maior desconto;
 - 10.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico;
 - 10.4. Técnica e preço;
 - 10.5. Maior retorno econômico.
11. SUBCONTRATAÇÃO
12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
13. SEGURO-GARANTIA NA LEI Nº 14.133/2021
14. O USO DO BUILDING INFORMATION MODELING – BIM NAS OBRAS PÚBLICAS

07/10/22 08h30 as 12h00

MÓDULO VI – Profº Luciano Reis

Contratos Administrativos

1. formalização;
2. cláusulas necessárias;
3. garantias contratuais;
4. matriz de alocação de riscos;
5. duração dos contratos;
6. gestão e fiscalização;
7. pagamento e ordem cronológica;
8. alterações contratuais;
9. equilíbrio econômico-financeiro;
10. publicidade do contrato;
11. extinção contratual;
12. meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias

CURRÍCULOS RESUMIDO DOS INSTRUTORES



ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA



Advogado, graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo (1989) e pós-graduação, em nível de especialização, em Direito Político. É sócio-diretor e fundador do IGAM - Instituto Gamma de Assessorias a Órgãos Públicos. Tem experiência na área de Direito de Estado, com ênfase em Direito Público, núcleos de Direito Constitucional, de Direito Administrativo e de Direito Municipal. É palestrante e pesquisador dos temas processo legislativo, logística, técnica legislativa, administração pública e poder legislativo. Autor de artigos técnicos publicados em revistas especializadas em Direito Público no Brasil e em Portugal. Autor de diversos artigos para administração pública, dos livros A LEI, SEU PROCESSO DE ELABORAÇÃO e a DEMOCRACIA (2013), O que é ser Vereador (2017) e coautor do livro A Atuação da Procuradoria e da Assessoria Jurídica Municipal (2018). Conferencista, Palestrante e Professor de cursos in company para tribunais, órgãos públicos federais, estaduais, prefeituras e câmaras municipais.

CRISTIANA MARIA FORTINI



Advogada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), PósDoutorado/Estágio Senior (bolsa Capes) na George Washington University (2015); Doutorado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003); Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem; Certificada em Compliance Anticorrupção pela FGV; Professora Visitante da Universidade de Pisa/Italia; Professora da graduação, mestrado e doutorado (corpo permanente) na Faculdade de Direito da UFMG; Professora do mestrado (corpo permanente) da Faculdade de Direito Milton Campos; Vice Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); Possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo. Publicou mais de cinquenta obras em seus vinte anos de carreira, atuou no setor público como procuradora municipal, assessora e Controladora Geral do município, o que influenciou significativamente na produção de suas obras.

Edgar Guimarães



Advogado; Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Membro dos Institutos Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto dos Advogados do Paraná e do Conselho Científico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Autor dos livros Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. Coautor dos livros Cenários do Direito Administrativo; Concurso Público e Constituição; Pregão Presencial e Eletrônico; Licitações e o estatuto da pequena e microempresa: reflexos práticos da LC nº 123/06; Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos; Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos; Lei das Estatais – comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016. Licitações e Contratos Administrativos: inovações da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada; Dispensa e Inexigibilidade de licitação: aspectos práticos e jurídicos à luz da Lei 14.133/2021.

CURRÍCULOS RESUMIDO DOS INSTRUTORES



Margere Rosa de Oliveira



Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Advocacia Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Advogada e Consultora Jurídica do IGAM, atuando nas áreas de Licitações e Tributário. Autora do livro Curso de Licitações e Contratos Administrativos e de outros livros, cartilhas e artigos científicos na área do Direito Público. Escritora de apostilas para concursos públicos. Foi Assessora Jurídica e Procuradora Geral do Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, onde foi servidora municipal por dezessete anos. Atuou como advogada na Assistência Judiciária Gratuita da Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS), por dois anos. Atuou na assessoria aos municípios gaúchos, nas diferentes áreas do Direito Público, na condição de Coordenadora Jurídica e Assessora Jurídica da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), por mais de quinze anos, e como professora da EGP-FAMURS por dez anos, especialmente ministrando cursos de licitações, contratos, gestão patrimonial, controle interno, lei de responsabilidade fiscal, entre outros. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase nas áreas de direito administrativo e constitucional. Foi Professora universitária do Grupo Estácio - Porto Alegre, nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Tributário. Foi Consultora Jurídica na Delegações de Prefeituras Municipais Ltda. (atualmente Borba, Pause & Perin - Advogados), empresa especializada em consultoria de Direito Público para os Municípios do Rio Grande do Sul e de outros Estados da Federação. Foi professora da Faculdades Rio-grandenses (FARGS). Ministrante de cursos diversos de especialização, extensão e preparatórios para concursos, na área de Direito Público, em especial sobre licitações, contratos administrativos, Lei 13.019/2014, convênios, patrimônio público, lei de responsabilidade fiscal, organização administrativa do Estado e controle interno, bem como ministrou cursos em diversas Associações de Municípios do Estado do Paraná. Conferencista e painelistas em diversos Congressos, Simpósios, Encontros e Seminários de Direito Público, especialmente na área de Direito Administrativo.

Hamilton Bonatto



Advogado, Procurador do Estado do Paraná; Engenheiro Civil formado pela UFPR; Licenciado em Ciências (Licenciatura Curta) e Matemática (Licenciatura Plena), foi por 25 anos professor de Cálculo Diferencial e Integral da UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná. É Mestre em Planejamento e Governança. É especialista em Direito Constitucional pela UNIBRASIL, especialista em Construção de Obras Públicas pela UFPR, Especialista em Ética e Educação, Especialista em Direito Público. Teve atuação na Administração Pública em cargos do Poder Executivo como Secretário Municipal de Obras Públicas, Secretário Municipal de Educação, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná, Superintendente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná. No Poder Legislativo foi Vereador, Presidente de Câmara Municipal e Vice-Presidente da União dos Vereadores do Brasil - Regional Sul. Atuou como Advogado e foi assessor jurídico de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. Atualmente é Procurador Chefe do Núcleo Jurídico da Administração junto à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e da PARANÁ EDIFICAÇÕES; Professor de Direito Administrativo e de Licitações e Contratos de Obras Públicas em diversas instituições. É Autor do livro "Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Editora Fórum; autor da Coletânea com 13 Cadernos Orientadores: Cadernos de Obras e Serviços de Engenharia - Edificações (08 Cadernos), Caderno de Convênios e outros Instrumentos Congêneres - Municípios (01), e do Caderno de Fiscalização de Obras Públicas (01); Autor do caderno de Contratação Integrada (01); Autor dos Caderno Orientadores (01) Aquisições de Bens e (01) Prestação de Serviços.

Rodrigo do Canto Cardoso



Graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Servidor público federal nomeado pela AGU Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul. Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante da Escola Itinerária da Consultoria Jurídica da União em Porto Alegre - CJU/RS na área de licitações e contratos.

LUCIANO REIS



Advogado. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili - Espanha. Especialista em Direito Administrativo e em Processo Civil, ambos pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Professor de Direito Administrativo. Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa Compras Públicas Inovadoras, Professor da Pós-Graduação, Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas, Professor da Pós-Graduação em Direito Administrativo Disciplinar no NPSPP. Autor dos livros "Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado". "Licitações e Contratos: Um Guia da Jurisprudência", "Licitações e Contratos: Cases e Orientações Objetivas" e "CON - Coletânea de Legislação". Colunista mensal da Revista LICICON. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Cronograma: 4 e 7 de Outubro de 2022



04/10/2022 13:30 - 17:30

05/10/2022 08:30 - 12:00

05/10/2022 13:30 - 17:00

06/10/2022 08:30 - 12:00

06/10/2022 13:30 - 17:00

07/10/2022 08:30 - 12:00

*Cada período do curso terá 20 min para o coffee break.

Local:

Grand Mercure Curitiba Rayon

Rua Visconde de Nácar, 1424 - Centro

Curitiba - PR

Investimento para 3 participantes da Câmara:

R\$ 5.400,00

Órgão assinante dos informativos do IGAM.

Observações

- O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná).
CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Durante o curso cada aluno terá seu **material impresso, material digital e as minutas de regulamentações** em word que ficarão disponíveis no Portal do Aluno de cada participante, com acesso pelo site do IGAM (<https://aluno.igam.com.br/login>), além do **Livro da nova lei de licitações** para fácil leitura e manuseio no dia-a-dia do novo arcabouço legal.

SOBRE O IGAM...



O IGAM nasceu, em 1992, de uma percepção sobre a necessidade de gerar conhecimento para que todos os que atuam na administração pública, em todos os Poderes, tanto no ambiente federal, estadual, distrital ou municipal, possam atuar e decidir com mais segurança técnica.

Para levar adiante sua missão, o IGAM, pela sua diretoria e seu time de profissionais técnicos com atuação nas áreas do Direito Público, da Contabilidade aplicada à Administração Pública e da ciência da Administração aplicada à Gestão Pública, produz e disponibiliza informação e conhecimento técnico por meio do Gestor Público, que é o seu Boletim de Orientação Técnica para a Administração Pública, abrangendo dezessete áreas, em cinco formatos (textos, podcasts, vídeos, infográficos e modelos), por meio de treinamentos e capacitações, nas modalidades presenciais, in company, EAD, online e híbrido) e por meio de serviços especificamente demandados, como, por exemplo, revisão de legislação, reforma administrativa, diagnóstico organizacional e plano de ações.

O IGAM tem um diferencial que agrega valor aos órgãos e agentes públicos parceiros, que é a pesquisa, o estudo, a reflexão e o tratamento da informação, para que ela seja apropriada como conhecimento, a partir de uma visão técnica interdisciplinar construída por profissionais dos seus núcleos jurídico, contábil e de gestão.

O que manteve a credibilidade do IGAM, nestes mais de 29 anos de caminhada, foi a fidelização ao seu propósito inicial, a qualidade de seu trabalho de pesquisa, de fundamentação e de apresentação "decifrada" de conteúdo, com consistente argumentação e segurança técnica, e a postura de vanguarda na interpretação de novas legislações.

Com sedes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o IGAM atende órgãos públicos e entidades governamentais de todo País.

O IGAM é reconhecido, a partir destes mais de duas décadas de atuação, pela eficiência de suas orientações, essa competência não é por acaso! São centenas de órgãos e entidades públicas atendidos em todo o Brasil.

IGAM[®]

PARANÁ



O IGAM PERMANECE À DISPOSIÇÃO!

Francisco Beltrão, Sede IGAMPR, 19 de setembro de 2022

EDUARDO ANZILIERO
Setor Comercial

CONTATO: (46) 99970 8582 
(46) 2601 1977

RUA MINAS GERAIS, 1391 ED. ELLON, 502
FRANCISCO BELTRÃO, PR

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA
LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85

 @IGAMPARANA

 @IGAMPARANA